

I - HOMOLOGAR o pedido de desistência de nomeação formulado pela candidata MARCELA RIBEIRO NOGUEIRA, classificada em 43º lugar da lista geral, constante do Resultado Final, publicado no Diário Oficial da União de 25/05/2018, Seção 3, homologado pelo Ato nº 15, de 20/06/2018, publicado no Diário Oficial da União de 21/06/2018, Seção 1, do Concurso Público realizado para provimento de cargos no Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, para a categoria funcional de Técnico Judiciário - Área Administrativa, com a consequente exclusão do nome da candidata da referida lista de classificação;

II - TORNAR SEM EFEITO a nomeação da referida candidata, de que trata o Ato nº 520, de 13/09/2022, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 15/09/2022.

EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR

ATO Nº 631, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 16, inciso XXIII, do Regimento Interno, com fundamento no artigo 96, inciso I, alínea "e", da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta nos autos do PA nº 0001648-19.2022.4.05.7000, resolve:

NOMEAR, nos termos do art. 9º, inciso I, e 10, da Lei nº 8.112/1990, c/c a Lei nº 11.416/2006 e alterações posteriores, em virtude de habilitação em Concurso Público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, obedecida a ordem de classificação, a candidata abaixo relacionada, para exercer o cargo efetivo a seguir mencionado, do Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região:

TÉCNICA JUDICIÁRIA - ÁREA ADMINISTRATIVA, Nível Médio, Classe "A", Padrão 1:

LAURA GONCALVES DE MELO ARAJO, em vaga decorrente da aposentadoria de Rolembergue Mineiro Cavalcante;

EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR

ATO Nº 633, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, com fundamento no artigo 96, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal c/c o art. 16, inciso XXIII, do Regimento Interno e tendo em vista o que consta no PA nº 0008260-07.2021.4.05.7000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA voluntária por tempo de contribuição à servidora SILVIA DA SILVA SANTANA PEREIRA, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Médio, Classe "C", Padrão 13, matrícula 281, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, com proventos integrais e direito ao reajuste pela paridade com a remuneração dos servidores ativos, fundamentada no art. 20, caput, § 2º, I, e § 3º, I, da Emenda Constitucional 103/2019, c/c o art. 7º da Emenda Constitucional 41/2003, com a remuneração do cargo efetivo (Vencimento e GAJ) e a incorporação do Adicional por Tempo de Serviço, nos termos do art. 67, da Lei 8.112/90, c/c o art. 15, inciso II, da Medida Provisória 2.225-45/2001, bem como do Adicional de Qualificação, por Graduação, conforme a Lei 11.416/2006, na redação dada pela Lei 13.317/2016, cumulativamente com a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, remanescente dos antigos "quintos/décimos", de acordo com os arts. 3º e 11 da Lei 8.911/94, c/c a Lei 9.624/98.

EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

ATO PRESI Nº 144 (0060509), DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS E TENDO EM VISTA O CONSTANTE NOS AUTOS DO PAE 0000187-86.2022.4.06.8001, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA ao servidor NARCISO GONÇALVES PEDROSA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe C, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária de Minas Gerais, com fundamento no art. 3º, caput, incisos I a III e parágrafo único da Emenda Constitucional n. 47/2005, assegurado pelo art. 3º, caput e § 1º, da Emenda Constitucional n. 103/2019, acrescida das vantagens previstas no art. 15, § 1º, da Lei n. 9.527/1997 c/c o art. 62-A, caput e parágrafo único da Lei n. 8.112/1990, no art. 67 da Lei n. 8.112/1990 c/c o art. 6º da Lei n. 9.624/1998 e nos artigos 14 e 15, inciso III, da Lei n. 11.416/2006.

Des. MÔNICA SIFUENTES

ATO Nº 147, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o constante nos autos do PAE 0000542-02.2022.4.06.8000, resolve:

NOMEAR a servidora CARLENE LIMA RANIERI, Técnica Judiciária, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, para exercer o Cargo em Comissão, Código CJ-2, de Diretora de Subsecretaria da Subsecretaria de Cadastro e Pagamento de Pessoal deste Tribunal, em cargo criado pela Lei 14.226 de 20/10/2021.

Des. MÔNICA SIFUENTES

ATO Nº 148, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o constante nos autos do PAE 0002195-36.2022.4.06.8001, resolve:

NOMEAR a servidora DÉBORA CARNEIRO MACHADO DOS SANTOS, Analista Judiciário/Área Judiciária, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, para exercer o Cargo em Comissão, Código CJ-3, de Chefe de Assessoria III do Gabinete da Des. Luciana Pinheiro Costa deste Tribunal, em cargo criado pela Lei 14.226 de 20/10/2021.

Des. MÔNICA SIFUENTES

ATO Nº 149, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o constante nos autos do PAE 0003387-04.2022.4.06.8001, resolve:

NOMEAR o servidor JOAQUIM DE DEUS PRADO NETO, Analista Judiciário/Área Judiciária, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de 1º Grau, Subseção Judiciária de Janaúba, para exercer o Cargo em Comissão, Código CJ-3, de Diretor de Secretaria de Vara Única daquela Subseção, em decorrência da exoneração de Ana Carolina Pereira Borges.

Des. MÔNICA SIFUENTES

ATO Nº 150, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o constante nos autos do PAE 0000857-30.2022.4.06.8000, resolve:

NOMEAR, nos termos do artigo 9º, II, da Lei 8.112/1990, c/c a Lei 8.647/1993, DANÚBIA PATRÍCIA DE PAIVA para exercer o Cargo em Comissão, Código CJ-2, de Chefe de Gabinete do Desembargador Flávio Boson Gambogi do

Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em cargo criado pela Lei 14.226 de 20/10/2021.

Des. MÔNICA SIFUENTES

ATO Nº 151, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o constante nos autos do PAE 0002108-80.2022.4.06.8001, resolve:

NOMEAR a servidora LEDA CRISTINA GARCIA DE MORAIS, Técnica Judiciária, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, para exercer o Cargo em Comissão, Código CJ-2, de Chefe de Gabinete do Gabinete da Desembargadora Luciana Pinheiro Costa deste Tribunal, em cargo criado pela Lei 14.226 de 20/10/2021.

Des. MÔNICA SIFUENTES

ATO Nº 152, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o constante nos autos do PAE 0019673-74.2022.4.01.8008, resolve:

NOMEAR o servidor EDMILSON BARBOSA FERREIRA JÚNIOR, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região, Seção Judiciária de Roraima, à disposição da Justiça Federal de Primeiro Grau, Subseção Judiciária de Belo Horizonte, para exercer o Cargo em Comissão, Código CJ-2, de Diretor/Coordenador da 2ª Vara Gabinete JEF daquela Subseção, em cargo criado pela Lei 14.226 de 20/10/2021.

Des. MÔNICA SIFUENTES

ATO Nº 153, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o constante nos autos do PAE 0000165-31.2022.4.06.8000, resolve:

NOMEAR a servidora CLAUDETTE IARA RODRIGUES GROSSI, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, para exercer o Cargo em Comissão, Código CJ-2, de Chefe de Assessoria Especial da Diretoria-Geral deste Tribunal, em cargo criado pela Lei 14.226 de 20/10/2021.

Des. MÔNICA SIFUENTES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.001, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 18, inciso XII, do Regimento Interno do Tribunal, e considerando o que consta no Processo Administrativo Digital n.º 009847/2022, resolve:

Art. 1º. Conceder ao servidor Saulo Grana de Menezes, matrícula 2301591, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, Classe "C", Padrão 13, criado pela Lei n. 7.645/87, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, Aposentadoria Especial da Pessoa com Deficiência, nos termos do art. 40, § 4º-A da Constituição Federal, combinado com o art. 22 da Emenda Constitucional n. 103/2019 e com os arts. 3º e 8º da Lei Complementar n. 142/2013, com proventos calculados à razão de 100% (cem por cento) da média aritmética simples das remunerações de contribuição, na forma do art. 12 do Anexo V da Portaria MTP n. 1.467, atualizada até 2 de julho de 2022.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria concedida nos termos desta Portaria serão reajustados na forma estabelecida para o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 12, § 2º, do Anexo V da Portaria MTP n. 1.467, atualizada até 2 de julho de 2022.

Art. 2º. Declarar vago, em razão da aposentadoria do servidor Saulo Grana de Menezes, nos termos do art. 33, inciso VII, da Lei n. 8.112/90, o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, Classe "C", Padrão 13, criado pela Lei n. 7.645/87, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JORGE MANOEL LOPES LINS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 21.504, DE 10 DE SETEMBRO DE 2022

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no processo administrativo eletrônico SEI nº 0009401-17.2022.6.14.8000 e a aprovação pelo Tribunal Superior Eleitoral da transferência de autorização para provimento de 1 (um) cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária do TRE-SC para o TRE-PA, por intermédio do Ofício TSE GAB-DG nº 5214, de 23/9/2022, consoante preconiza o § 5º do art. 1º da Portaria TSE nº 502/2022, resolve:

Art. 1º REDISTRIBUIR o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei nº 10.842/2004, ocupado pela servidora KELLEN CRISTINA CHAAR LIMA MAUÉS, para o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, condicionado à redistribuição recíproca de cargo, de idêntica denominação daquele Tribunal, criado pela Lei nº 10.842/2004, vago em decorrência do falecimento do servidor Ângelo Soares Castilhos, por intermédio da Portaria nº 22/2022, publicada DOU em 14/2/2022, com fundamento no art. 30, §§1º e 2º, da Resolução TSE nº 23.701/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LUZIA NADJA GUIMARAES NASCIMENTO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 364, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso XXX do Regimento Interno deste Tribunal, e considerando o contido no Processo Administrativo Digital nº 31475/2022, resolve:

Art. 1º DISPENSAR o servidor CARLOS ALBERTO BARBOSA FERIAN, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Apoio Especializado: Biblioteconomia, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada de Assistente I da Coordenadoria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral, FC-1.

Art. 2º DESIGNAR a servidora TAÍS FURMANN, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a função comissionada de Assistente I da Coordenadoria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral, FC-1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. COIMBRA DE MOURA

